

EIXO TEMÁTICO 4 | SEGURIDADE SOCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E PREVIDÊNCIA

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ACERCA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma análise a partir das dissertações do PROSS/UFS

THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE ABOUT THE SOCIAL ASSISTANCE POLICY: an
analysis based on the dissertations of PROSS/UFS

Maria Micaelle Reis Santos¹

Adriane Alves dos Santos²

Weslany Thaise Lins Prudêncio³

Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves⁴

RESUMO

Neste artigo, abordamos a assistência social a partir da análise de dissertações defendidas no âmbito do curso de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS). Com base nas pesquisas bibliográfica e documental realizadas reunimos, ao longo do texto, elementos teóricos e históricos que evidenciam a luta para tornar a assistência social uma política pública integrando a seguridade social juntamente com a saúde e previdência. O Estado no contexto do neoliberalismo tem reduzido recursos para a assistência social, com efeito disso essa política tem sido alvo de pesquisas. Nesse sentido, será apresentado a produção de conhecimento do PROSS/UFS que possui em seu acervo 112 dissertações, sendo 10 dissertações relacionadas a Política de Assistência Social.

Palavras-chave: Assistência Social; Neoliberalismo; Produção de Conhecimento.

ABSTRACT

In this article, we approach social assistance based on the analysis of dissertations defended within the scope of the postgraduate course in

¹ Graduanda em Serviço Social na UFS. PIBIC/CNPq. Membro do GEPSSO. E-mail: mmicaellyreis@gmail.com.

² Graduanda em Serviço Social na UFS. PIBIC. Membro do GEPSSO. E-mail: adrianea403@gmail.com.

³ Mestranda em Serviço Social na UFS. Bolsista CAPES. Membro do GEPSSO. E-mail: Weslany45@hotmail.com.

⁴ Dr.^a em Serviço Social pela PUC/São Paulo. Docente da Pós-Graduação em Serviço Social da UFS. Vice líder do GEPSSO. E-mail: licavasconcelos@gmail.com

Social Work at the Federal University of Sergipe (PROSS/UFS). Based on the bibliographical and documentary research carried out, throughout the text, we gathered theoretical and historical elements that highlight the struggle to make social assistance a public policy, integrating social security together with health and pensions. The State in the context of neoliberalism has reduced resources for social assistance, as a result of which this policy has been the subject of research. In this sense, the knowledge production of PROSS/UFS will be presented, which has 112 dissertations in its collection, 10 of which are related to Social Assistance Policy.

Keywords: Social assistance; Neoliberalism; Knowledge Production.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é analisar as produções teóricas relacionadas a política de assistência social do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS) durante o ano de 2023. É um dos produtos da pesquisa de Iniciação Científica “Produção de conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social: análise das dissertações defendidas em 2023”, que faz parte de pesquisa mais ampla desenvolvida desde 2015. Para que o trabalho tornasse exequível foi necessário traçar um percurso metodológico que teve como ponto de partida o materialismo histórico-dialético, sendo realizada uma pesquisa com abordagem bibliográfica e documental, mediada pelo levantamento e estudos das dissertações defendidas no ano de 2023 cujos objetos de pesquisa se relacionam e englobam a assistência social.

A assistência social juntamente com a saúde e previdência formam a seguridade social brasileira que tem sido uma área de produção teórica do Serviço Social desde a sua implementação a partir da Constituição de 1988. Segundo Bourguignon (2007) o Serviço Social se aproxima das discussões sobre a seguridade social já na década de 1980 devido as problemáticas naquela época para a consolidação das políticas de saúde, previdência e assistência. Na atualidade, estudos sobre a assistência social tem ganhado espaço devido a conformação da conjuntura brasileira, marcada pelo aumento das desigualdades, retrocessos de políticas sociais e precarização do trabalho. Em se tratando do PROSS, a assistência social é uma temática que vem sendo abordada desde o ano de 2014, apresentando distintos objetos de estudos que englobam, as problemáticas em torno da operacionalização da política de assistência ou de maneira específica seus serviços/programas, e do exercício profissional.

Esse artigo se estrutura em dois tópicos centrais, além da introdução e considerações

finais. O primeiro tópico trata da política de assistência social como alvo da produção de conhecimento, já o segundo traz uma síntese das dissertações que no ano de 2023 trabalharam a temática da assistência, com o intuito de elencar as reflexões acerca dos diferentes objetos de estudos.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO ALVO DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

A Política de Assistência Social no Brasil se constitui como um direito a partir da Constituição Federal de 1998. No artigo 194 da CF/88 é implementada a Seguridade Social como um conjunto de ações e iniciativas dos poderes públicos, a fim de assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social. Como mencionado por Couto et al. (2014), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8742, de 07 de dezembro de 1993, é caracterizada pelo cunho civilizatório no cenário dos direitos sociais, na garantia da cidadania como dever do Estado e por ter o caráter não contributivo. Após duas décadas da implementação da LOAS, no âmbito prático, tem-se, em 2004, a atualização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), sendo a primeira, a de 1998. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 2005) – incorporado através da Lei nº 12.435, de 2011 (LOAS) juntamente com a PNAS/2004, fortalecem a luta pela efetivação da assistência social como política pública.

É imprescindível a integração da assistência social como parte da Seguridade Social e das demais políticas. Na cartilha publicada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2011), cujo título é Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, é posto que a concepção da PNAS/SUAS requer situar e articular a assistência com as demais políticas públicas para um cenário amplo de proteção social. Nesse contexto, é mencionado na cartilha do CFESS a assistência como um espaço sócio-ocupacional de atuação com crescimento significativo de demandas. Essa expansão exige dos profissionais do SUAS comprometimento com a consolidação do Estado democrático de direito, a universalização da Seguridade de Social e o fortalecimento dos espaços de políticas sociais (CFESS, 2011).

Imersa no cenário de conjuntura neoliberal, a expansão da assistência se esbarra sob a égide do neoliberalismo adotado no Brasil a partir de 1990. O neoliberalismo faz com que as políticas sociais sejam exercidas por um viés paliativo, com poucos investimentos estatais. Sendo que, essa influência reflete na assistência social, principalmente no âmbito do financiamento. Salvador (2017) menciona que o orçamento da Seguridade Social sofre as

consequências dos ajustes fiscais estabelecidos desde 1993, no qual as desvinculações de recursos da união (DRU) contribuem como mecanismo para a retirada de recursos das fontes tributárias destinadas a Seguridade Social.

Nesse aspecto, a assistência social se torna palco da contradição capital e trabalho com suas distintas expressões da questão social, subsidiando e fortalecendo a luta das categorias profissionais e do SUAS ao revelar e correlacionar os desmontes e (des)financiamento da mesma. Nessa perspectiva vale apontar o comentário de Yazbek (2004), o Estado brasileiro constitui-se, nesse contexto, como aliado do sistema capitalista. Na contradição das políticas sociais observa-se a particularidade estatal de domínio da classe trabalhadora, por intermédio de concessões atreladas ao controle das massas.

Na atual conjuntura, se faz necessário salientar a importância do impulsionamento de pesquisas e projetos que favorecem o crescimento dos espaços sócio-ocupacionais, como dito por Iamamoto (2009). A assistência social como espaço sócio-ocupacional e foco contemporâneo de debates, seja por avanços ou desmontes, se tornar alvo de pesquisas acadêmicas, visto que a dimensão investigativa deve acompanhar o cotidiano da prática profissional. Motta (2013), expõe que a produção de conhecimento se torna crucial para desvelar as complexidades da realidade na qual se atua, ademais contribuem em respostas qualificáveis as situações que são apresentadas no cotidiano do trabalho.

A assistência social inicia sua luta pela efetivação em espaços de debates, congressos, conferências e seminários. Como exposto em Anunciação (2014) nesse marco ocorre a criação de linhas de financiamento pelos órgãos de fomento à pesquisa, junto com a interlocução do campo científico e os debates que foram fundamentais para a renovação da concepção de “assistência social”, antes vista como filantropia ou caridade.

Dentro desses aspectos, a conformação da assistência como espaço sócio-ocupacional, como política pública estruturada e mecanismo de enfrentamento das expressões da questão social, torna a assistência social como alvo de objetos de estudos das produções acadêmicas. Atrelado aos avanços, os desmontes e retrocessos do neoliberalismo também se transformam em arsenal teórico para a investigação e crítica na pesquisa acadêmica.

O Serviço Social no Brasil desde a sua origem contribuiu para efetivação da assistência social como política, assumindo como importante campo de atuação profissional assim mencionado em Assunção (2014). No cenário da produção de conhecimento, a autora acrescenta que a produção acadêmica de tema “assistência social” é predominantemente

realizada pelos profissionais da categoria, produzidas desde meados dos anos de 1980, anos após a implementação dos programas de pós-graduação em Serviço Social no país.

A inserção dos profissionais nos programas da pós-graduação é mecanismo importante para o impulsionamento das produções científicas. Pois como dito por Rodrigues e Nóbrega (2023) a produção de conhecimento da pós-graduação faz uma análise histórica do Serviço Social, desde sua aproximação e compromisso com a classe trabalhadora, como também a aproximação da vertente marxista, que contribuiu para a ampliação de [...] suas competências teóricas, investigativas, políticas e operativas.

A Política de Assistência Social busca “incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira [...] objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado” (PNAS,2004, p.13). Nesse movimento de intervenção nas demandas atuais da sociedade, é importante destacar o papel da produção de conhecimento na assistência social. Pois, como dito por Silva (2007) a formação teórica e a pesquisa são essenciais em quaisquer contextos de inserção profissional.

Na contemporaneidade, observa-se a forte atuação da categoria do Serviço Social na efetivação do SUAS, essa inserção reflete também no âmbito da pesquisa. Visto que o Serviço Social, de acordo com Anunciação (2014), predomina na produção nacional e acadêmica sobre a política social pública de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo responsável por 64,4% do conjunto dessas produções.

Nessa perspectiva, cabe expor que a qualidade da produção acadêmica do Serviço Social, reflete nos trabalhos científicos sobre a assistência social. Motta (2013) destaca uma exclusividade da produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil, em que difere do cenário mundial, a não utilização das teorias setoriais, de caráter terapêutico com ênfase na prática. Essas observações levam a autora a propor a hipótese de que o Serviço Social brasileiro, ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de caráter teórico-metodológico crítico, produzindo conhecimento qualificado amplo e complexo. (Motta, 2013).

Diante disso, a produção de conhecimento cujo estudo é a política de Assistência Social vem ganhando destaque. Realizado o levantamento no banco de Teses e dissertações da CAPES nos anos 2000, as produções somam 2537 dissertações e 612 teses, utilizando como filtro de pesquisa “assistência social”. Nesse cenário Anunciação (2014), expõe que a Assistência Social vem crescendo nas produções de conhecimento científico, com ampliação dos debates,

qualificação dos dados para melhor intervenção profissional.

2.1 PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DA TEMÁTICA “ASSISTÊNCIA” APRESENTADA AO PROSS/UFS

A produção de conhecimento dos programas de pós-graduação em Serviço Social das universidades brasileiras, tem contribuído para o fortalecimento da categoria, seja através de estudantes que após participação em projetos de pesquisas buscam seguir à docência, seja através de estudantes e profissionais que se comprometem cada vez mais com uma intervenção profissional qualificada e a defender os movimentos de lutas sociais. Além disso, a evolução do Serviço Social como área de conhecimento revela “[...] a maturidade de uma profissão que, em sua trajetória, acumula uma vasta e plural produção intelectual que acompanha o movimento da realidade e retira desta a substância para suas análises mais fecundas e críticas”. (Amaral, 2012, p. 231).

Mota (2013) aborda a dimensão profissional e intelectual do Serviço Social no país e aponta o reconhecimento da profissão pelas instituições de fomento à pesquisa, marco importante para o amadurecimento da perspectiva da pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social.

Destaca-se ainda a correlação entre a pesquisa em Serviço Social e a produção de conhecimento com as teorias marxistas, cuja influência é perceptível na divisão social e na intervenção prática dos assistentes sociais. A partir do processo de ruptura o Serviço Social se aproxima do pensamento crítico de Marx, onde a profissão adquire uma nova roupagem em que se destaca as diversas produções da categoria que tem como base a realidade social, decorrente das implicações do neoliberalismo (Silva, 2007).

Vale destacar que a análise apresentada aqui está direcionada a produção de conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe priorizando as dissertações defendidas, no ano de 2023, acerca da temática assistência social. Diante do que foi exposto no tópico anterior há a necessidade de apontar alguns dados gerais acerca da produção do conhecimento do programa.

O PROSS/UFS possui duas linhas de pesquisa, sendo a primeira intitulada como “Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social” e a segunda “Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social”. Desde sua gênese, em 2011, até dezembro de 2023, foram

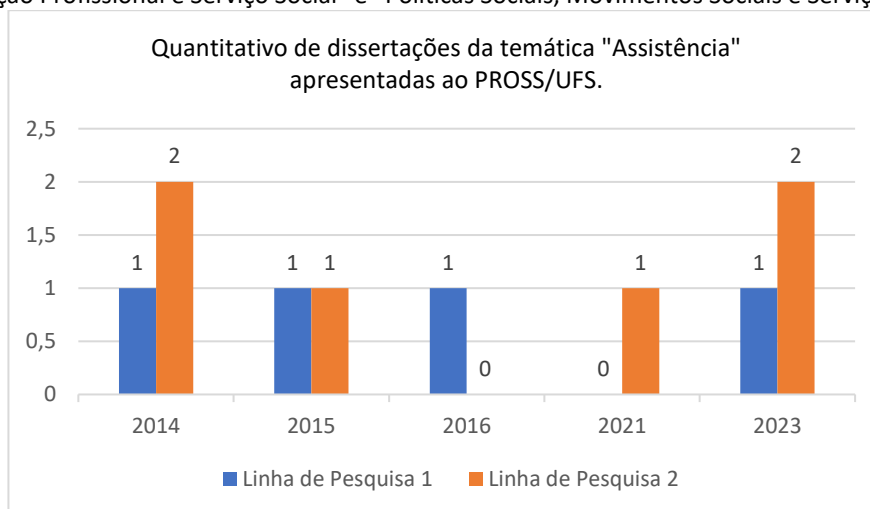
apresentadas ao PROSS/UFS 112 dissertações, sendo 56 da linha de pesquisa 1 e 56 da linha de pesquisa 2 abordando diferentes temáticas que estão presentes nas duas linhas. Do total de 112 dissertações, 10, ou seja 8,9%, estão relacionadas à assistência social, sendo 4 (quatro) delas pertencentes a linha de pesquisa 1 e 6 (seis) são da linha 2. Vale ressaltar que o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe disponibiliza as dissertações defendidas no seu site, inicialmente os resumos, depois a dissertação completa, podendo serem acessadas através do repositório institucional.

Dados do acervo da pesquisa que vem sendo desenvolvida processualmente desde 2015 revelam a riqueza das temáticas estudadas nas 112 dissertações que são agrupadas de acordo com as seguintes categorias: Saúde; Fundamentos, Formação Profissional e projeto Ético político; Trabalho; Educação; Assistência Social; Gênero, Violência e Exploração; Controle Social, Participação e Gestão de Políticas; Questão Agrária e Questão Urbana; Meio Ambiente; Previdência; Raça/ Etnia.

No âmbito da seguridade social, o PROSS/UFS tem 31 (trinta e um) dissertações defendidas, sendo 18 (dezoito) na saúde, 10 (dez) na assistência social e 3(três) na previdência.

A seguir será apresentado o gráfico 1 com o quantitativo de dissertações do PROSS/UFS com a categoria assistência social, de 2013, ano das primeiras defesas, até o ano de 2023.

GRÁFICO 1. Quantitativo de dissertações da categoria Assistência Social, das linhas de pesquisa “Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social” e “Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social”



Fonte: Elaborado pela equipe de pesquisa, com base em levantamento no site do PROSS/UFS.

As primeiras dissertações do PROSS foram defendidas, em 2013, nesse ano não há

registro de pesquisas voltadas para a assistência social. O Gráfico 1 mostra que a temática assistência social surge nas dissertações defendidas em três anos consecutivos, 2014, 2015 e 2016, depois há um período de quatro anos onde não aparece, ressurgindo em 2021 e em 2023. Observa-se que há presença de dissertações com a temática nas duas linhas de pesquisa nos anos de 2014, 2015 e 2023. Em 2016, apenas uma vinculada a linha de pesquisa 1 e em 2017, uma vinculada a linha 2, havendo ausência do debate no período de 2017 a 2020. Compreende-se que a escolha de uma temática está relacionada não somente a conjuntura, mas também as vivências de cada autor. Dados complementares à pesquisa indicam a tendência das temáticas e objetos de pesquisa estarem relacionadas ao exercício profissional dos respectivos autores/as. Supõe-se que isso incide no quantitativo de dissertações de cada temática.

De forma geral, os objetos de estudo dessas dissertações normalmente estão direcionados para a área da proteção social, operacionalização de programas sociais, medidas socioeducativas, trabalho, programas de transferência de renda, vigilância socioassistencial, a luta contra a precarização do Sistema Único de Assistência Social, medidas socioeducativas, direitos sexuais e reprodutivos. No que se refere ao ano de 2023 os objetos de estudos foram as medidas socioeducativas, a produção de conhecimento crítica do Serviço Social e os direitos sexuais e reprodutivos para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

A dissertação 1 cujo título é **“O fazer socioeducativo na restrição e privação de liberdade do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em Sergipe”** de autoria de Glícia Cristina Lima Santana Dias Moreira, tem como orientadora a Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves. O estudo possui 153 páginas, abarca a temática geral assistência social, tendo como objeto de pesquisa as medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade em Sergipe, com o objetivo principal de analisar o fazer socioeducativo frente ao binômio educar e punir, a partir da perspectiva de seus operadores.

Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem quantitativa e qualitativa, embasada no método materialismo histórico-dialético. De acordo com a autora, a pesquisa se deu a partir de pesquisas bibliográficas, documentais e empírica, em que o instrumento utilizado para coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. O universo que as entrevistas foram aplicadas foi composto por profissionais da Fundação Renascer, da 17ª Vara da Infância e Juventude e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A autora sinaliza que os resultados da pesquisa revelaram que o cenário socioeducativo pesa sobre os diversos aspectos da vida dos envolvidos, mas “é consenso que o Sinase contém

fundamentos teórico-metodológicos que orientam e responsabilizam o adolescente que infracionou, a família enquanto responsável legal e o Estado e suas ausências, como condutor desse processo” (Moreira, 2023, p.7). A autora reconhece que é fundamental que haja a intersetorialidade entre rede de atenção integral e a sociedade civil para o processo de fiscalização e apoio, já que o adolescente após ser sentenciado tem o direito de reconstruir sua história e o seu convívio em sociedade.

Em se tratando dos operadores das medidas socioeducativas, a pesquisa apontou que em Sergipe a socioeducação se realiza a partir de abordagens que não têm bases educacionais críticas, sem que haja uma mediação com o protagonismo juvenil ou a construção de projetos de vidas. E até mesmo, sob um viés de tratativas penais aplicadas aos adultos, devido ao entendimento de que tais medidas têm a função sancionatória quando da sua operacionalização.

A dissertação 2 é intitulada **“Direitos sexuais e reprodutivos: a situação das adolescentes em privação de liberdade em Sergipe”**, possui como autora Joira Alves De Lacerda Santos Rolemberg, tendo como orientadora Prof.^a Dra. Noêmia Lima Silva. O estudo se concentra na área de políticas sociais e possui 104 páginas. O objeto de pesquisa a ser analisado é os direitos sexuais e reprodutivos estabelecido pela Lei nº 12.594/2012, para adolescentes que cumprem medida socioeducativa. O objetivo geral é identificar os direitos garantidos pela lei supracitada, em contexto socioeducativo para adolescentes de identidade de gênero feminina que estão em cumprimento de internação em Sergipe.

O estudo é uma pesquisa exploratória descritiva, possui abordagem qualitativa, foi realizado a partir de investigações bibliográfica e documentos institucionais adquiridos na Fundação Renascer do Estado de Sergipe. A autora utilizou como suporte metodológico o estado da arte, que tem como objetivo revelar como estar a produção de conhecimento de um determinado tema. O método de embasamento da pesquisa é o materialismo histórico-dialético, nele é possível realizar uma análise da totalidade do tema a ser pesquisado, interpretando a partir das relações sociais.

A autora expõe que os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres perpassam por moralismo do continente ocidental. Na sociedade vigente, os direitos sexuais femininos são fincados em preconceitos e tabus. Para as mulheres/jovens em privação de liberdade a efetivação deste direito se concede por intermédio da visita íntima. Fundamentado pela Lei do SINASE, o estudo correlaciona as produções científicas com o cenário regional, analisando o que

concerne a visita íntima para ambos os sexos na Fundação Renascer de Sergipe.

Os resultados obtidos mostram que a instituição socioeducativa de Sergipe garante a efetividade da visita íntima. Entretanto, constatou-se uma questão de gênero, para as adolescentes em privação de liberdade o direito sexual e reprodutivo, a pesquisa revelou que nesse período de análise os registros são inexistentes transparecendo o contexto sócio-histórico construído sob a ótica do patriarcado, de dominação do ser feminino. A autora sinaliza que a privação de liberdade feminina possui visão mercadológica, e a finalidade é a dominação dos corpos das mulheres, colaborando para a lógica capitalista e patriarcal de controle institucional da figura do sexo feminino.

A dissertação 3 intitulada como **“Os conceitos de risco e vulnerabilidade social na política de assistência social: tendências do debate teórico crítico do Serviço Social”**, é de autoria de Ana Paula do Nascimento Santos, que teve como orientadora a Prof.^a Dr.^a Carla Alessandra da Silva Nunes. A dissertação pertence a linha de pesquisa referente as políticas sociais e possui 146 páginas. O objeto de pesquisa central é examinar a produção de conhecimento crítica do Serviço Social fazendo uma análise acerca dos conceitos e discussões da vulnerabilidade social no âmbito da assistência Social. O objetivo geral da pesquisa é compreender os princípios da ideologia social-liberal e dos conceitos risco social e vulnerabilidade social, bem como compreender a Assistência Social no Brasil e como é afetado na contemporaneidade pela ideologia social-liberal. A pesquisa é caracterizada como exploratória, de natureza qualitativa e desenvolvida através de pesquisa bibliográfica. A metodologia utilizada é a do materialismo histórico-dialético que visa apreender uma percepção da realidade de forma histórico-crítica.

O estudo apresenta uma análise de que é comum nas produções do Serviço Social o entendimento da Política de Assistência Social como um avanço para o âmbito das políticas sociais, mas destaca que há implicações e contradições que visam a perspectiva de direito social em um cenário de crise estrutural do capital, e descreve apontamentos teóricos acerca dessa temática. A autora destaca que os resultados obtidos acerca dos conceitos de risco e vulnerabilidade social é que foi possível fazer a articulação entre o surgimento desses e a sua integração nas análises da sociedade, desenvolvidas por teóricos através das transformações causadas pela crise estrutural do capital.

Outro resultado apresentado é que a produção de conhecimento crítica do Serviço Social chama a atenção para o ideário da sociedade de risco, essa se desenvolve através da

negação da centralidade das classes e da ordem social capitalista. Ademais, a autora destaca que os conceitos apresentados possuem um caráter ideológico que contribui para a reprodução da barbárie causada pelo capital e que é desafiante para o projeto ético-político do Serviço Social e para a luta por direitos.

3 CONCLUSÃO

O artigo apresenta dados significativos da assistência social para tornar-se uma política pública e manter-se como tal numa sociedade capitalista sob a égide do neoliberalismo que aprofunda as desigualdades sociais. Os objetos de pesquisa revelam o quanto a assistência social tem sido espaço de garantia de direitos ainda que de forma limitada dada a conformação da sua execução que enfrenta severos retrocessos.

A assistência social constitui-se uma temática de pesquisa que ainda tem muitos aspectos a serem pesquisados principalmente para fortalecer a garantia de direitos e a operacionalização dos serviços/programas assistenciais. É fundamental apreender os rebatimentos das medidas neoliberais nos programas, projetos, ações que constituem esta política para, em diferentes espaços profissionais, resistir e denunciar os retrocessos advindos de um Estado que facilmente corta gastos para o social e favorece o capital.

Por fim, vale ressaltar a importância do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe que apresenta um arcabouço teórico extenso e comprometido com a defesa das causas sociais. Além disso, essas pesquisas acompanham as dinâmicas da sociedade decorrentes dos ataques neoliberais, apresentando assim uma análise contemporânea, crítica e que possui comprometimento com a defesa de direitos da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Angela Santana do. A política nacional de pós-graduação e suas relações com o Serviço Social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 230-238, jul./dez. 2012.

ANUNCIACÃO, Daniela Andrade da. Especificidade da assistência social como política social pública: algumas tendências e teses em debate na produção bibliográfica. Dissertação (mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, PUCRS. Porto Alegre. 2014.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Rev. Katálysis**. Florianópolis, v. 10, nº. esp., p. 46-54, 2007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/LbRYxCkMz6jrFxFv7S45PXQ/?format=pdf&lang=pt>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:
(planalto.gov.br).

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências**. Disponível em: (planalto.gov.br).

BRASIL. **Norma Operacional Básica do Suas (NOB/SUAS) – Construindo as bases para a implementação do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social julho 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília. Ministério do desenvolvimento social e combate a fome. Setembro 2004.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. CFESS, 2011. Disponível em:
https://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS.

COUTO, Berenice Rojas *et al.* **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. Cortez Editora, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 341-376, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp. P.17-27, 2013.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS na relação entre pós-graduação e graduação. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 262-271, mai/ago. 2017.

MOREIRA, Glicia Cristina Lima Santana Dias. **O Fazer Socioeducativo de Restrição e Privação de Liberdade de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023. Disponível em:
https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=718

RODRIGUES, Neyde Jussara Gomes Abdala; NÓBREGA, Mônica Barros da. Conhecimento produzido no mestrado em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 90-115, Jan-Jun/2023.

ROLEMBERG, Joira Alves de Lacerda Santos. **Direitos Sexuais e Reprodutivos: a situação das adolescentes em privação de liberdade em Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2023. Disponível em:
https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=718

SALVADOR, Evilasio da Silva. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serviço Social & Sociedade**, p. 426-446, 2017.

SANTOS, Ana Paula do Nascimento. **Os Conceitos de Risco e Vulnerabilidade Social na Política de Assistência Social**: sistematização do debate teórico crítico do Serviço Social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão 2023. Disponível em:
https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=718

SILVA, José Fernando Siqueira. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre v. 6, n. 2, p. 282-297. jul./dez. 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. Tendências da política de assistência social. **Serviço Social e Saúde**, v. 3, n. 1, p. 23-34, 2004.